TL 396

TIMOR-LESTE

UMA REFLEXÃO CRISTÃ

Declaração de um grupo internacional de cristãos
Genebra, Fevereiro, 1987

TIMOR-LESTE — Desde Dezembro de 1975, 200.000 timorenses, mais de um quarto da população, morreram na sequência da invasão e ocupação militar. O povo continua a viver sob um regime militar e a sua cultura é sufocada. Os timorenses lançaram um apelo ao mundo exterior, pedindo a sua compreensão e apoio. Neste documento de reflexão, cristãos da Europa, América do Norte, Austrália e Oceania respondem a esse apelo.

TIMOR-
-LESTE
UMA REFLEXÃO CRISTÃ

Esta 'Reflexão' é o resultado de uma série de encontros internacionais de cristãos de diversas Igrejas. Os participantes representam vários níveis no seio da Igreja Católica e das Igrejas Protestantes — igrejas nacionais, organismos para o desenvolvimento e organizações leigas de defesa dos direitos humanos. Este processo de reflexão representa para nós uma tentativa de responder como cristãos e organizações eclesiais ao desafio que a tragédia de Timor-Leste lança à nossa fé e consciência.

Este documento de reflexão é também um convite. Os signatários convidam aqueles que partilham a análise feita no documento a associarem-se a esta iniciativa assinando a declaração que segue junto, e participando no debate sobre esta questão.

A 'Reflexão' é apresentada ao público por:

- Catholic Institute for International Relations (CIIR), Londres
- Justitia et Pax Nederland, Haia
- Kommissie Rechtvaardigheid en Vrede, Bruxelas
- Pax Christi International, Genebra.

Desde há mais de uma década temos seguido a evolução da situação de Timor-Leste e escutado com tristeza o testemunho e a experiência da Igreja timorense.

Conscientes do sofrimento do povo de Timor-Leste, cristãos e não-cristãos de numerosos países manifestaram a sua preocupação. Em 1975, enquanto Portugal e Timor-Leste se empenhavam num processo difícil de descolonização, as forças armadas indonésias invadiram o território que, desde então, se encontra sob ocupação militar. Desde então a questão de Timor-Leste tem sido objecto de um diferendo nas Nações Unidas e entre os governos em causa, dado que levanta problemas importantes de direito internacional e de justiça.

A PREOCUPAÇÃO DAS IGREJAS

Repetidas vezes, as Igrejas manifestaram a sua preocupação em relação a Timor-Leste. Fizeram-no pela voz de Bispos e das Conferências Episcopais da Indonésia, Portugal, Holanda, Estados-Unidos e Japão, assim como pela voz de Comissões Justiça e Paz e de Igrejas locais em numerosos países.

A Igreja Católica reconhece que Timor-Leste é um território em conflito: a diocese de Dili, ao serviço dos católicos de Timor-Leste, é administrada directamente por Roma, e gerida por um Administrador Apostólico, que não depende da Conferência Episcopal indonésia. "A Santa Sé continua a seguir a situação em Timor-Leste com preocupação e espera que em todas as circunstâncias a identidade étnica, religiosa e cultural deste povo merecerão uma consideração particular", declarou o Papa João Paulo II em 1984. Sublinhou ainda a necessidade de salvaguardar os direitos humanos ao dizer: "A Santa Sé deseja ardentemente que todos os direitos dos indivíduos sejam respeitados e que não se poupem esforços para aliviar os sofrimentos do povo, facilitando o trabalho das organizações humanitárias e assegurando que tenham acesso à ajuda humanitária todos os que dela necessitam". Quando o Administrador Apostólico, Monsenhor Carlos Filipe Ximenes Belo, foi recebido pelo Papa em Junho de 1985, João Paulo II exortou-o a "trabalhar pela Igreja, combater o sofrimento do povo e procurar uma solução justa de paz para Timor".

Em Novembro de 1983, os bispos católicos da Indonésia escreveram ao clero de Timor-Leste. Nessa carta reconheciam o sofrimento e a opressão vividos pelo povo de Timor-Leste e afirmavam que era responsabilidade da Igreja indonésia "lutar para

que fosse reconhecido e respeitado o que há de mais sagrado para o povo de Timor-Leste: a sua religião, a sua família e a sua terra". Os bispos indonésios insistiam para que a Igreja timorense fosse "a vanguarda de uma paz que seja mais do que uma ausência de guerra, do que um mero equilíbrio de forças adversas ou do que uma situação causada pela ditadura".

Em Março de 1984, os bispos católicos portugueses publicaram uma declaração de apoio semelhante, na qual declaravam que "não podem deixar de manifestar a sua viva e profunda solidariedade para com o povo desta martirizada terra, vítima de uma tragédia (...). Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio físico, mas num genocídio 'cultural', este mais grave do que o primeiro porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras". Em Novembro de 1985, o Conselho Português das Igrejas (protestantes) publicou também uma declaração. "Juntamos a nossa voz à de quantos, em todo o mundo, requerem o fim imediato da situação que se vive em Timor-Leste".

Igrejas protestantes debateram esta questão em numerosos países e apresentaram-na junto dos respectivos governos. Na Ásia e no Pacífico, grupos e comunidades, católicos e protestantes, tomaram posição publicamente a favor do direito do povo timorense à autodeterminação. Esta questão foi recentemente objecto de controvérsia no seio da Conferência Cristã Asiática.

O TESTEMUNHO DA IGREJA EM TIMOR-LESTE

É sobretudo a Igreja de Timor-Leste, que trabalha num isolamento considerável e sob constrangimentos políticos evidentes, que tem dado testemunho da experiência trágica do povo deste território.

Mons. Belo e o seu predecessor, Mons. Martinho da Costa Lopes, denunciaram ambos as atrocidades cometidas contra a população e as vicissitudes sofridas pelo povo desde 1975. Os religiosos que trabalham em Timor e o clero timorense têm regularmente relatado violações dos direitos humanos e não ocultaram até que ponto a população do território, cristã e não-cristã, se sente oprimida na sua vida quotidiana e na sua esperança de liberdade e de paz.

"O povo experimenta agora uma opressão sem fim; os seus direitos não são reconhecidos. O povo não tem voz e vive no medo. De facto, o povo vive numa situação de guerra contínua, tem de

manter-se calado e submisso. Mas mantém uma posição muito clara quanto aos seus ideais. No meio de tudo isto a sua fé mantém-se firme e é fortalecida, apesar de nem sempre poder exprimir-se por palavras". (Os religiosos de Timor-Leste, numa carta aos religiosos da Indonésia).

"A guerra ... continua e em proporções sempre crescentes", escrevia o Conselho Presbiteral dos padres de Dili, em 1985, "atendendo ao contínuo desembarque de tropas indonésias juntamente com material bélico pesado ...".

"Estamos a assistir em Timor a uma convulsão de proporções gigantescas e trágicas no tecido sócio-cultural do povo timorense, e vemos ameaçada de morte a identidade deste mesmo povo". (Declaração do Conselho Presbiteral de Dili, de 1 de Janeiro de 1985).

UM DESASTRE HUMANO

Quando se fala do conflito em Timor-Leste, das graves dificuldades sociais e humanitárias com as quais o povo timorense é confrontado, é praticamente impossível exagerar os efeitos da invasão e do conflito que se lhe seguiu, tão grande é o desastre.

Em primeiro lugar está a crueldade da violência física. Estima-se que mais de 200.000 pessoas morreram, como consequência directa e indirecta do conflito, numa população avaliada no início do conflito em menos de 700.000 pessoas.

Na ausência de uma solução, as autoridades indonésias fazem face à resistência de largos sectores da população, resistência que só pode ser quebrada pela repressão violenta e formas inaceitáveis de controlo social. A manifestação mais visível desta resistência é a guerra de guerrilha que se mantém desde há 11 anos.

Comunidades inteiras foram deslocadas das suas terras e instaladas em aldeias sob vigilância militar. As zonas rurais foram bombardeadas pela artilharia e força aérea. A agricultura de subsistência, base da vida da maioria dos timorenses, tornou-se impossível em numerosas regiões. O país viveu também um importante período de fome em 1978/79, e verifica-se ainda regularmente escassez de alimentos em numerosas zonas.

A guerra tem-se caracterizado por violações graves e massivas dos direitos humanos, entre os quais a tortura, a prisão sem processo judicial, os desaparecimentos e execuções sumárias. Amnistia Internacional recolheu documentos sobre a situação durante este

período e publicou um importante relatório em 1985: "As forças indonésias presentes no território envolveram-se de maneira sistemática e persistente numa prática cruel e brutal que causou graves violações dos direitos humanos" (pág. 10).

O medo e a desconfiança condicionam a vida da população que, durante mais de uma década, tem estado verdadeiramente isolada do mundo. Dentro do próprio território de Timor-Leste a população não pode circular livremente, corresponder-se e telefonar abertamente, ou exercer actividades económicas normais. Não pode confiar ou falar livremente. As pessoas suspeitas de simpatizar com quem continua a resistir ao jugo indonésio são punidas com a morte e a tortura, bem como a detenção e prisão.

"No interior do país, em muitas vilas e campos de concentração, o povo não tem condições de vida como um povo. É percorrermos, por exemplo, as vilas de Luro, Laivai, Tutuala, Loré, Iliomar, Uatolári, Cajularan, Lacluta, etc., para vermos que o povo vive num autêntico cerco. As pessoas não circulam mais de 3 km. Fora disto, têm de ir munidas de um "salvo conduto" passado pelas autoridades militares da área ou por elas acompanhadas. Fácilmente são acusados de contactarem com os guerrilheiros, logo são alvos de torturas, massacres,etc. O povo vive nas cabanas e à noite é obrigado a dormir em abrigos cavados dentro ou fora de casa. O povo vive numa tensão constante de medo". (Extracto de uma carta particular, datada de 20 de Fevereiro de 1986, enviada a Mons. Martinho da Costa Lopes, Administrador Apostólico da diocese de Dili, de 1977 a 1983).

Os problemas humanitários e sociais resultantes do actual conflito são enormes. Famílias foram destruídas pelos assassínios e as transferências forçadas de população. O governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, declarou recentemente que nas regiões sobre as quais existe informação disponível, contam-se actualmente 20.000 órfãos, 13.000 viúvas e 7.000 pessoas idosas e doentes, todos necessitando de assistência.

As famílias estão separadas. O caso melhor documentado é o da ilha de Ataúro, ao largo da costa timorense, para onde vários milhares de pessoas foram levadas das suas aldeias e detidas durante vários anos, antes de serem enviadas para outras regiões, muitas vezes distantes das suas comunidades de origem.

Os serviços de saúde no campo são práticamente inexistentes e na cidade o seu custo é demasiado elevado para a maioria dos timorenses. Existem menos centros de saúde do que centros de controlo da natalidade. Numerosos protestos se levantaram contra o programa de controlo da natalidade implementado pelo governo

indonésio. Mons. Belo e Mons. da Costa Lopes denunciaram o seu carácter forçado e a aplicação de métodos de esterilização sem informação prévia às pessoas interessadas.

Escolas foram destruídas; os professores e alunos foram dispersos. O governo indonésio reconstrui, entretanto, um grande número de escolas, mas a introdução da língua indonésia bem como dos valores e cultura indonésios no sistema escolar continua a ser objecto de contestação, dada a situação política. Muitos timorenses consideram que a sua língua e cultura são vítimas de medidas de desencorajamento e mesmo de supressão.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

É efectivamente necessário promover o desenvolvimento económico de Timor-Leste. O povo timorense beneficiou bem pouco do longo período de colonização portuguesa.

Mas a guerra causou estragos imensos na infraestrutura territorial, na administração e organização tradicional. Timor foi saqueado na altura da invasão. Os timorenses estão ainda a sofrer as consequências. Além disso, o governo prossegue em Timor-Leste a sua política de transmigração, oferecendo aos imigrantes provenientes de Java, Bali e outras regiões da Indonésia, créditos e assistência que não são concedidos aos timorenses. Os funcionários indonésios, de preferência aos timorenses, ocupam os melhores lugares na administração.

Daqui resulta uma dependência generalizada dos timorenses que, segundo Mons. Belo, se estão a tornar cidadãos de segunda classe no seu próprio país.

A política anti-insurreccional afecta sobretudo a população civil. Numerosas comunidades agrícolas foram transferidas para novas aldeias sob vigilância militar. Esta política paralisou a agricultura de subsistência da qual dependia a grande maioria da população.

Os que continuam a sua actividade agrícola não conseguem comercializar as colheitas. O café, nomeadamente — a única exportação significativa — é comprado a preços muito baixos por uma empresa privada indonésia que detém o monopólio da sua comercialização.

As políticas económicas actualmente implementadas pelo governo indonésio dão prioridade aos produtos de exportação e à mono-cultura, ignorando as necessidades da população, em

particular dos mais pobres e desprotegidos. Tais políticas não podem conduzir a um verdadeiro desenvolvimento.

QUESTÕES POLÍTICAS

Tornou-se evidente que uma vitória militar de qualquer das duas partes é improvável. Deste modo, é cada vez mais necessária uma solução política.

Logo após a invasão de Timor-Leste pela Indonésia em 1975, as Nações Unidas condenaram a acção indonésia e convidaram as partes a resolver o diferendo pela negociação.

A Assembleia Geral adoptou em 1982 uma resolução, que ainda se mantém em vigor, "reconhecendo o direito inalienável de todos os povos à autodeterminação e independência de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, a Declaração do Tratado de Independência para os Países e Povos Coloniais contida na sua resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 e outras resoluções das Nações Unidas". A Assembleia Geral pede ao Secretário-Geral das Nações Unidas para "iniciar consultas com todas as partes directamente interessadas, com vista a explorar vias para uma completa resolução do problema".

Actualmente, o papel de Portugal é particularmente importante no plano diplomático, dado que este país é reconhecido pela comunidade internacional como Potência Administrante do território. Este estatuto implica a responsabilidade de Portugal buscar, através da comunidade internacional, uma solução que respeite claramente os direitos do povo da sua ex-colónia.

Contudo, é o governo indonésio que actualmente tem o poder de permitir ou impedir qualquer progresso. Apelamos ao governo indonésio para que dê provas de sabedoria e encontre uma via para uma resolução que permita ao povo de Timor-Leste exercer uma verdadeira escolha quanto ao seu futuro. A nosso ver é a única maneira de assegurar relações de boa vizinhança com Timor-Leste e uma paz a longo prazo na região.

É NECESSÁRIO CONSULTAR O POVO

Estamos convencidos de que é indispensável consultar o povo deste território de uma forma devidamente autorizada e supervisionada antes de concluir um acordo final entre os governos que são parte interessada no processo diplomático.

Tendo em conta a profunda desconfiança resultante de todos os factos passados, pensamos que seria inaceitável conferir a uma das partes em conflito a responsabilidade de organizar a consulta à opinião timorense. Só um processo eleitoral organizado e supervisionado internacionalmente permitirá ao povo de Timor-Leste exprimir livremente os seus desejos e exercer plenamente o direito à autodeterminação. Para que a consulta tenha significado, devem participar nela representantes da opinião timorense.

DIREITOS DO POVO

É necessário salvaguardar os direitos do povo no território, em particular o direito à vida e a protecção contra a violência política ou a arbitrariedade. Apoiamos as actividades de organizações tais como o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) e a Igreja Católica local e condenamos as restrições impostas à sua acção, bem como qualquer tentativa de utilização política da sua presença.

Apoiamos as organizações de desenvolvimento na sua tentativa de auxiliar o povo de Timor-Leste, ele próprio empenhado na valorização do seu território; este auxílio deve ter por objectivo alcançar os mais pobres.

Um verdadeiro desenvolvimento implica abertura e participação: não se pode dizer que tal desenvolvimento é prosseguido quando as políticas que visam o crescimento económico são implementadas pela força, à custa das populações locais, não trazendo nenhum benefício aos pobres e desprotegidos, ou fazendo apenas aumentar a riqueza das elites. As organizações de desenvolvimento indonésias e europeias reconhecem que "uma estratégia de desenvolvimento baseada na negação dos direitos civis e políticos, ou dos direitos sociais, económicos e culturais, ou de ambos, não constitui apenas uma violação das normas internacionais dos direitos humanos, mas é a negação da própria concepção do desenvolvimento". (Nota apresentada ao Grupo Intergovernamental sobre a Indonésia — IGGI — pelo Grupo Inter-ONG sobre as Questões IGGI, Abril de 1986).

ACESSO

Nestes dois campos de acção, de alívio quer da pobreza quer do sofrimento devido à guerra, reafirmamos a importância da abertura do território aos contactos com o mundo exterior.

Actualmente, o acesso ao território está reservado a um pequeno número de observadores seleccionados, que efectuam as suas visitas sob estreita vigilância, bem como a um número restrito de organizações humanitárias. Esta limitação de acesso ao território apenas desacredita a pretensão do governo indonésio de ter o apoio do povo timorense à integração.

A IGREJA EM TIMOR-LESTE

É responsabilidade dos dirigentes cristãos colocarem-se ao lado do seu povo, e estamos solidários com Mons. Belo e a Igreja em Timor-Leste nos seus esforços para acompanharem o povo timorense.

Reconhecemos que as Igrejas indonésias se encontram numa posição delicada e difícil. Consideramos, no entanto, essencial que elas deixem à Igreja local a possibilidade de decidir o seu próprio estatuto.

Na nossa opinião, a liberdade religiosa deve incluir a liberdade de culto de acordo com as tradições locais, o direito do clero visitar os paroquianos em todas as partes do território, e o direito das Igrejas disporem das suas próprias instituições humanitárias e educacionais. A Igreja local deve ter o direito de convidar missionários estrangeiros para trabalhar no território.

CONCLUSÕES

Ao descrever a situação em Timor-Leste como acabamos de o fazer, expressamos os nossos pensamentos e sentimentos de cristãos conscientes de pertencer à mesma família humana, e desejosos de promover uma verdadeira comunhão com os membros de outras religiões.

Reconhecemos que, no passado, as nossas Igrejas faltaram frequentemente às suas responsabilidades. Tal foi o caso, nomeadamente, no período em que os nossos países foram potências coloniais. Consideramos, no entanto, que isso não deverá impedir-nos de falar com franqueza da situação que prevalece hoje em Timor-Leste.

Enquanto cristãos comprometidos na promoção da paz e da justiça, estamos preocupados antes de mais com a vida e o sofrimento do povo de Timor-Leste. Dado que este extremo sofrimento, após tantos anos, não quebrou a vontade de resistência, é necessário rendermo-nos à evidência de que a força militar não resolverá este

conflito. Uma reconciliação duradoura só poderá verificar-se por meio de uma resolução justa, através de negociações em que participarão os representantes do povo timorense.

Sentimo-nos desafiados pelo grito do povo de Timor. Irmãos e irmãs das Igrejas da Ásia, assumamos juntos a nossa parte de responsabilidade na tragédia que se abate sobre Timor-Leste.

Genebra, 15 de Fevereiro de 1987

original: inglês
tradução: APPTL, Lisboa

DECLARAÇÃO DE APOIO

Entre as organizações que já manifestaram o seu apoio a este Documento de Reflexão contam-se:

Asian Bureau, Vitória, Austrália; Australian Student Christian Movement; Développement et Paix, Canadá; Catholic Commission for Justice, Peace and Development, Papua Nova-Guiné; Catholic Institute for International Relations, Londres, Reino Unido; Catholics for Peace, Melburno, Austrália, Clergy for Peace, Austrália; Church Office for International Relations (CONTAK), Manila, Filipinas; Ecumenical Movement for Justice and Peace, Manila, Filipinas; Good Shepherd Provincialate, Abbotsford, Austrália; Hitoyoshi Catholic Church, Hitoyoshi, Japão; Justiça e Paz, Austrália; Justiça e Paz, Holanda; Justiça e Paz, (Flandres), Bélgica; Pax Christi Internacional, Anvers, Bélgica; Sisters of Mercy, Melburno, Austrália; Trocaire, Dublin, Irlanda.

Se deseja dar o seu apoio ou contribuir para este processo de reflexão, em nome da sua organização ou a título pessoal, queira dirigir-se a **"A Paz é Possível em Timor-Leste"**, Lisboa, na morada abaixo indicada.

Indique claramente, por favor, se deseja ou não que o seu apoio seja tornado público.

Manifesto o meu apoio ao
'Documento de Reflexão sobre Timor-Leste' ☐

Junto alguns comentários sobre o 'Documento de Reflexão' ☐

Estaria interessado (a) em assistir aos futuros
Encontros Cristãos sobre Timor-Leste ☐

Desejaria receber mais informação
sobre a situação em Timor-Leste ☐

Aceito ☐ Não aceito ☐ que a minha adesão seja tornada pública

Organização .....

.....

Nome .....

.....

Morada .....

.....

Enviar para:
"A Paz é Possível em Timor-Leste"
Rua de Campolide, 215 - 4.º D.
1000 LISBOA — PORTUGAL

EAST TIMOR
A CHRISTIAN REFLECTION

Statement by an international group of Christians
Geneva, February 1987

TIMOR ORIENTAL
UNE REFLEXION CHRETIENNE

Déclaration d'un groupe international de chrétiens
Genève, février 1987

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE
R. de Campolide, 215 - 4.º D. - 1000 Lisboa - Portugal

PREÇO 50$00